

-----ATA N.º 2-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos vinte de fevereiro de 2020, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Proposta n.º 14/CM/2020 – Prestação de Serviços para Estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do Futuro Hospital do Oeste;-----

-----2 - Proposta n.º 15/CM/2020 - Minuta de contrato-programa a celebrar com a Promotorres, E.M. para a gestão e organização de eventos e respetiva repartição de encargos;-----

-----3 - Proposta n.º 1/AM/2020 – Votos, moções e recomendações;-----

-----4 - Proposta n.º 2/AM/2020 – Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do município;-----

-----4.1- Informação sobre competências delegadas:-----

-----4.1.1 - Proposta n.º 3/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018);-----

-----4.1.2 - Proposta n.º 4/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2018);-----

-----5 - Proposta n.º 1/CM/2020 - 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Torres Vedras, para 2020;-----

-----6 - Proposta n.º 2/CM/2020 - 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2020;-----

-----7 - Proposta n.º 3/CM/2020 - Autorização para assunção de compromisso plurianual - Empreitada de reabilitação de reservatórios - 1.ª fase – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----8 - Proposta n.º 4/CM/2020 - Regulamento municipal de publicidade e ocupação do espaço público e regulamento de liquidação e cobrança de taxas e emissão de licenças do Município de Torres Vedras - Prorrogação de prazo publicitado pelo edital n.º 75/2017;-----

-----9 - Proposta n.º 5/CM/2020 - Autorização para repartição de encargos - Fornecimento de misturas betuminosas AC 14 Surf ligante (BB) e AC 14 Reg ligante (BC), ao abrigo do Acordo Quadro n.º 7/2018 – Central de Compras da OesteCIM;-----

-----10 - Proposta n.º 6/CM/2020 - Alteração dos estatutos da AMAGÁS - Associação de Municípios para o Gás;-----

-----11 - Proposta n.º 7/CM/2020 - Autorização para a adesão do Município de Torres Vedras à Rede Artemrede – Teatros associados;-----

-----12 - Proposta n.º 8/CM/2020 - Tomada de conhecimento da decisão de dissolução - HyER - Hydrogen Fuel Cells and Electro-mobility in European Regions) - Associação europeia para as

células de hidrogénio e de combustível e a mobilidade elétrica;-----

---- 13 – Proposta N.º 9/CM/2020 - Nomeação do Conselho Municipal de Educação; -----

---- 14 – Proposta N.º 10/CM/2020 - Designação do júri do procedimento concursal para o cargo de Diretor-delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

---- 15 – Proposta N.º 11/CM/2020 - Alteração ao Plano Diretor Municipal de Torres Vedras para adequação ao regime extraordinário de regularização das atividades económicas (RERAE);-----

---- 16 - Proposta N.º 12/CM/2020 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para equipamento/serviços de apoio à 3.ª idade – Casal Chofral - União de Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, requerida por Maria Lucília Bernardes Gomes – Processo IP 79/2019; -----

---- 17 - Proposta N.º 13/CM/2020 - Ratificação da Declaração de Interesse Municipal para construção de parque verde – Casal do Feno – Freguesia de São Pedro da Cadeira requerida por Freguesia de São Pedro da Cadeira – Processo OM 14/2019; -----

----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário).-----

---- Estiveram presentes os deputados municipais:-----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Carneiro, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Ana Paula Santos Mota, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Ana Isabel Ferreira Brandão, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Secundino Campos Oliveira e Artur Alexandre dos Santos Narciso-----

---- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira e Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas. -----

---- Período Aberto à intervenção do Público: -----

LIMPEZA DE RUAS:-----

-----O *munícipe José Ferreira Curado* veio manifestar o seu desagrado com a proliferação dos dejetos dos cães que se verifica por toda a cidade, chamando a atenção para 3 categorias de cidadãos que sofrem profundamente com a situação: os que se deslocam em cadeiras de rodas, pais e avós que conduzem carrinhos de bebés e as pessoas portadoras de deficiência visual. -----

-----Deste modo veio sugerir que a autarquia pensasse numa campanha robusta, centrada sobre estes cidadãos que não têm como escapar.-----

-----Manifestou também o seu profundo desagrado que o município gaste dinheiro em saquinhos gratuitos, pois já viu muitas pessoas, sem cão, que os levam com outros objetivos e além do mais considera que, quem tem cão deve pagar as respetivas despesas.-----

-----Ainda sobre a falta de civismo, referiu-se ao facto de a Câmara Municipal ter colocado reservatórios para beatas e pastilhas elásticas em vários pontos da cidade, o que no seu entender é discutível no que toca a prioridades e deu nota que esta tarde quando passou no largo de S. Pedro, verificou que o recipiente para pastilhas estava cheio de beatas. -----

-----Por último questionou se não é possível instituir coimas, e se a Promotores não pode dar um jeito nisso, já que um carro mal-estacionado paga multa e um dejetos mal estacionado devia pagar também. -----

EDUCAÇÃO:-----

-----O *munícipe Henrique Domingos da Silva Santos* disse que veio trazer este tema, pois entende que a escola é a base da sociedade sendo nela que assentam todos os pilares que preza, desde a saúde, justiça, segurança, ambiente, ao civismo e à democracia.-----

-----Disse que uma sociedade instruída é uma sociedade prospera e capaz de responder aos desafios do futuro, daí a importância de se colocar no concelho a educação em primeiro lugar, e sendo verdade que tem sido feito algum caminho pelo Município de Torres Vedras, também é verdade que se deve ambicionar sempre mais e há sempre mais que pode ser feito.-----

-----Assim, referiu que devem recuperar o edificado das escolas, resolver o problema do amianto, resolver o problema crónico da falta de assistentes operacionais nas escolas e ao mesmo tempo, trazer dignidade e respeito para a profissão de professor, preservar a liberdade de escolha, deixar os preconceitos ideológicos defendendo o que realmente importa, ou seja, um serviço educativo de excelência, gratuito, independentemente da natureza do prestador.-----

-----Também referiu a necessidade de oferecer mais condições aos jovens para desenvolverem os seus estudos, aumentando o horário da Biblioteca Municipal, ainda insuficiente, bem como concretizando a construção do seu novo edifício, obra infelizmente há pouco tempo cancelada ou adiada. -----

-----Por fim referiu a necessidade de protegerem a escola pública, no sentido de serem construtores da sociedade justa por que anseiam. -----

CIVISMO:-----

---- O munícipe **Pedro Norberto Lopes** veio dar nota de uma situação que ocorreu com uma pessoa amiga que, sem impedir a circulação do trânsito, estacionou em cima do passeio na Rua Venerando de Matos para recolher uma amiga em cadeira de rodas e que pelo facto foi alvo de interpelação menos simpática por um funcionário da empresa municipal Promotores.-----

---- Deu nota ainda que na altura o funcionário a informou que o regulamento municipal não permitia aquele tipo de estacionamento, erradamente, pois o seu art.º 10.º determina que todos os carros de serviço, lixo, ambulância, e de pessoas com dificuldade motora, podem interromper a via se não houver outra maneira para se servirem. -----

---- Em causa não está o regulamento, mas o civismo. -----

---- Resolveu expor o problema porque é difícil para as pessoas que têm estas dificuldades, exporem-se constantemente e fazerem reclamações, porque a sua situação em si já é difícil. -----

---- Pensa que terá sido uma exceção, que não deixa bem os colegas, nem as lideranças das instituições, quando são as instituições públicas as primeiras que devem zelar pelo civismo.-----

---- Disse que esta situação ocorreu com a Kathy Batista, que já esteve presente na Assembleia Municipal, onde foi convidada pelo edil para ser a provedora da mobilidade, sugerindo que lhe fosse feito um telefonema assegurando que iriam tomar providências para não se repetir.-----

---- Por último deu nota que há pessoas que não podem ser recrutadas para este tipo de serviços.

EDIFÍCIO AO LADO DO MERCADO MUNICIPAL:-----

---- O *munícipe* **Paulo Bento** começou a sua intervenção, anunciando que iria entregar dois requerimentos à mesa.-----

---- Depois reportou-se ao edifício em título, que devia estar pronto há 7 anos atrás, mas que passou de empreiteiro para empreiteiro, onde torrienses têm centenas de milhares de euros empatados, onde era para ser a loja do cidadão com 1200 m² e agora terá 600m² e que tinha 54 lugares de estacionamento para a autarquia e passou a ter 4. -----

---- Disse que era importante saber qual a solução e quais os prazos que a última empresa se comprometeu a executar, porque este atraso não dignifica nem a cidade, nem os órgãos eleitos desta cidade. -----

MERCADO MUNICIPAL - AVAC:-----

---- O *munícipe* **Paulo Bento** questionou se quando o edifício em causa foi inaugurado tinha toda a tubagem feita para o sistema de AVAC e se está a funcionar como a lei determina. -----

ADJETIVAÇÕES:-----

---- O *munícipe* **Jorge Manuel Soto Mayor Costa** disse tem vindo ao plenário manifestar a sua preocupação essencialmente com o centro histórico, mas que a cidade de Torres Vedras tem perdido imenso a todos os níveis. -----

-----Assim deu os exemplos da PT que foi para Santarém, o Tribunal de Trabalho para o Cadaval, a Expoeste e a EDP para as Caldas da Rainha e o processo Oeste OTA e o plano de compensações do Oeste foram para o lixo. -----

-----Alertou para a questão do Hospital de Torres Vedras, situação que já se adivinhava há 15 anos, questionando onde andava a Câmara Municipal nessa altura. -----

-----Referiu ainda que em 17/11/2004 uma manifestação silenciosa exigiu mais meios para o hospital de Torres Vedras, mas era silenciosa e esse silêncio foi tanto que nem chegou à câmara, nem falou mais alto apesar de terem morrido 3 pessoas no espaço de duas semanas, pois tudo ficou na mesma e desde então foi sempre a piorar. -----

-----Concluiu que a pediatria está como está, porque têm que negociar com o CHO que também fica nas Caldas da Rainha.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu as intervenções de cada um dos munícipes e as questões colocadas, às quais referiu que iria responder por escrito.-----

Período antes da ordem do dia.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O primeiro secretário, leu a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro de atas.---

-----Anota-se que foram numerados documentos que a seguir se indicam:-----

DOCUMENTO 1:-----

-----Ofício número 137, do presidente da Câmara Municipal, de 18 de janeiro último, a remeter respostas enviadas aos munícipes na sequência do uso da palavra na Assembleia Municipal de dia 20 e dia 26 de novembro de 2019.-----

DOCUMENTO 2:-----

-----E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes” de 12 de dezembro de 2019 a enviar para conhecimento o projeto de resolução n.º 30/XIV/1.^a – Reversão da privatização dos CTT, cuja discussão está agendada para dia 19 de dezembro na reunião plenária da Assembleia da República.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes” de 12 de dezembro de 2019 a enviar para conhecimento o projeto de Resolução n.º 21/XIV/1^a - Medidas para erradicar o uso do Glifosato, cuja discussão está agendada para 20 de dezembro em conjunto com a petição n.º 567/XIII/4 - Solicitam adoção de medidas com vista à proibição do herbicida Glifosato em Portugal.-----

DOCUMENTO 4:-----

-----E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes” de 18 de dezembro de 2019 a enviar para conhecimento a pergunta dirigida ao Ministério da Educação sobre a Estratégia Nacional de

Educação para a Cidadania.-----

DOCUMENTO 5:-----

----- E-mail do grupo parlamentar “Os Verdes” de 10 de janeiro último a enviar para conhecimento a resposta do Ministro da Educação sobre a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. --

DOCUMENTO 6:-----

----- E-mail do grupo parlamentar do PCP de 14 de janeiro último a enviar para conhecimento a pergunta dirigida ao Ministro de Estado e das Finanças e a resposta recebida sobre a devolução do imposto municipal sobre transmissões.-----

DOCUMENTO 7:-----

----- E-mail do grupo parlamentar do PCP de 14 de janeiro último a enviar para conhecimento a pergunta enviada ao Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre os atrasos e dificuldades na aplicação da redução tarifária para a Linha do Oeste. -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 8:-----

----- E-mail de Marta Geraldês, de 16 de fevereiro a solicitar a sua substituição por se encontrar fora do país por motivos profissionais. -----

----- Encontrava-se presente em sua substituição Secundino Campos Oliveira. -----

DOCUMENTO 9:-----

----- E-mail de Maria Leonor Marinheiro, a solicitar a sua substituição por se encontrar de atestado médico. -----

----- Encontrava-se presente em sua substituição Artur Alexandre Narciso dos Santos. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

DOCUMENTO 10:-----

----- E-mail da Junta da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, de 20 de fevereiro a informar que o seu presidente João Tomaz, por compromissos autárquicos, será substituído pela secretária Ana Isabel Ferreira Brandão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

SAÚDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----- O *deputado municipal Rui Lopes*, tendo em conta que na última sessão da assembleia foi referido por um munícipe o SNS como fator de atratividade para o concelho, veio dar nota que desde esse dia até hoje muito foi conseguido pela autarquia torriense, trabalho que enaltece.-----

----- Referiu-se concretamente à assinatura do protocolo com o CHO, que enumera 17 medidas essenciais, não só a nível da pediatria como também para outras unidades e mais recentemente à

assinatura do protocolo para a construção das unidades de saúde familiar no Ramalhal, Runa e S. Pedro da Cadeira.-----

-----Manifestou-se confiante neste trabalho que a Câmara Municipal vem realizando dado que, para além de atrair jovens para residir, oferece condições aos jovens médicos para exercerem a sua atividade no concelho, acreditando que a continuidade deste trabalho os levará a bom porto, na certeza de que os jovens agradecem estas medidas.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu as palavras assegurando que a autarquia está a fazer um esforço significativo para reforçar o Serviço Nacional de Saúde e desse modo atrair mais profissionais nesta área, ao território.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDIFÍCIO AO LADO DO MERCADO MUNICIPAL:-----

-----Relativamente ao assunto em título, o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* lembrou que este edifício está em construção há mais de 10 anos, já foram avançadas diversas possibilidades para a sua utilização e tal como disse o munícipe que interveio, há negócios feitos e desfeitos mas gostaria de saber o que se passa, porque nada foi resolvido.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu neste momento que as equipas técnicas da autarquia e do promotor estão a concluir todo o processo, no sentido de entregar as alterações ao projeto para que o executivo municipal se pronuncie.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ETAR DA PORTELA DA VILA:-----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* deu nota que o PSD foi alertado por uma residente da Portela da Vila, sobre uma situação que poderá ser grave em termos ambientais, lembrando a este propósito que a Câmara Municipal de Torres Vedras se regozija de obter prémios ambientais de nível internacional do foro mais diverso.-----

-----Esta munícipe oficiou ao Ministério do Ambiente, a informar que a Etar da Portela da Vila não está a funcionar, solicitando a devolução da taxa de saneamento que lhe tem sido cobrada e referindo ainda que há uns anos atrás já foi ressarcida dessa taxa, facto que pode ser corroborado por encarregados dos SMAS.-----

-----Assim solicitou que edil confirmasse ou refutasse esta afirmação, até porque a informação que recebem da autarquia vai no sentido de que está tudo bem e que têm taxas simpáticas de saneamento.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que a Etar em causa tem um dimensionamento para toda a urbanização, mas já foram reportados alguns problemas na gestão do sistema.-----

-----Informou ainda que já estão a fazer a recolha do afluente, que já não vai para a linha de água, como ia até há relativamente pouco tempo e disso informaram a munícipe em causa.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CARNAVAL DE TORRES VEDRAS - 2020:-----

-----O *deputado municipal António Carneiro* interveio no sentido de felicitar a empresa municipal Promotores e a Câmara Municipal de Torres Vedras pela muito particular e entusiástica embaixada à cidade de Lisboa, com a transmissão de imagens televisivas que os surpreendeu a todos.-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* registou a importância da ida desta embaixada a Lisboa contudo assinalou que não foram recebidos pelo presidente da Câmara, pelo vice-Presidente e nem sequer pela vereadora da cultura.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** disse que se tratou de uma iniciativa inovadora, realizada no âmbito da Capital Verde Europeia/2020, tendo sido entendimento da autarquia passar uma imagem forte do Carnaval, enquanto Eco Evento. -----

-----Foram recebidos pelo vereador José Sá Fernandes que detém o pelouro e tem sido um parceiro incondicional do município de Torres Vedras e do Oeste em várias iniciativas, sendo que, esta embaixada teve a ver com a passagem da marca identitária do Carnaval de Torres Vedras por Lisboa, mas com o valor acrescentado da mensagem do combate às alterações climáticas. ----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SMAS – SÉRGIO SIMÕES: -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, disse que teve intenção de submeter ao plenário um voto de louvor ao Sérgio Simões, o que não conseguiu por problemas técnicos e apesar de o ir fazer na próxima reunião, temporalmente importava deixar este registo. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JORNAL EXPRESSO – OESTE NA RTC: -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, começou por pedir a compreensão do plenário por mais uma vez vir falar deste assunto, tendo em conta que, pelo facto de ter sido presidente da Região de Turismo do Oeste, que ajudou a formar, não pode aceitar o que se está a passar.-----

-----Assim, referiu-se novamente ao jornal “Expresso”, onde consta uma página inteira sobre a região centro intitulada “Do centro de Portugal para o Mundo”, patrocinada pelo emblema do Turismo de Portugal e da Região de Turismo do Centro, cujo círculo começa algures em Aveiro, indo até à Marinha Grande.-----

-----Disse que se sente envergonhado de ser habitante do Oeste e ter que engolir esta situação, que a todos devia envergonhar uma vez que estão a ser profundamente prejudicados pelo facto de não estarem na marca internacional de Lisboa. -----

-----Não entende que o Oeste continue na CCDRLVT em termos de planeamento e só no turismo são centro, a pior marca de turismo que o país tem. -----

-----Salientou que hoje marca Lisboa é a mais valiosa do país, valendo economicamente em termos de marketing, mais do que a marca Algarve.-----

-----Questionou se fará sentido por exemplo, o surf da Ericeira ser promovido enquanto Lisboa e ao lado Santa Cruz ser promovida pelo Centro, juntamente com o de Espinho e o da Figueira da Foz:-----

-----Disse que continua a não perceber o silêncio que está a passar, porque se trata de uma questão económica e não apenas de uma birra de António Carneiro.-----

-----Lamentou terem deixado de estar colados à marca melhor do país, onde estavam desde 1998 e por essa razão o Oeste não esteja a usufruir dos valores para promoção do turismo postos à disposição pela Agência Portuguesa de Turismo Regional de Lisboa.-----

-----Por último disse que seria bom sinal se esta fosse a sua derradeira intervenção sobre este assunto.-----

-----O **presidente da Mesa** informou que devido à extensão da ordem de trabalhos já está acertada uma reunião extraordinária para 3 março, onde o deputado poderá abordar novamente esta questão, onde certamente verá que não está sozinho.-----

-----O *presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, Pedro Vasa*, agradeceu a clareza com que o colega fala do assunto de que é conhecedor mais do ninguém, estando convencido que se puderem fazer alguma coisa, decerto que o seguirão.-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques*, subscreveu a intervenção do colega pois também considera que o concelho de Torres Vedras tem perdido com este tipo de publicidade e outras, pagas com os dinheiros públicos, que é preciso acautelar.-----

-----Pedi a palavra o *deputado municipal Sérgio Jacinto* para declarar que nesta sala reconhecidamente o colega António Carneiro é o mais avalizado em matéria de turismo, manifestando-se preocupado, pois já o ouve há muito tempo a falar sozinho e parece que continuam ou distraídos ou a assobiar para o lado, perante questões desta importância para o Oeste.-----

-----Nesta sequência disse que está na hora de arregaçar as mangas e unir esforços para que esta situação não continue, porque conforme já foi dito, já muito perderam para os municípios vizinhos e não podem esquecer que são torrienses.-----

-----Concordando com o deputado municipal António Carneiro o **presidente da Câmara**, lembrou que no âmbito do processo de descentralização, a Assembleia Municipal delegou na OesteCim competências na área do turismo e nesse sentido estão a ultimar o procedimento para a criação de uma entidade gestora do turismo no Oeste, com vista ao reforço da marca Oeste e assim não perder o ativo que foi construído durante um conjunto de décadas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CERTIFICAÇÃO DO PASTEL DE FEIJÃO:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou em que fase está a certificação do pastel de feijão, há quanto tempo dura este processo e quanto dinheiro já se gastou. -----

---- O *presidente da Câmara* esclareceu que a ACIRO é a entidade gestora do processo, tendo informação que há cerca de 15 dias, depois de ter sido entregue documentação em falta, houve a concertação de serviços entre esta associação e a DRAPLVT. -----

---- Espera que este seja mais um passo para a continuidade deste processo, que tem sido moroso a nível técnico e administrativo. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

---- O *deputado municipal Pedro Castelo* deu a conhecer ao plenário que constatou, como resultado de uma visita que fez horas antes ao concelho, o estado lastimável das estradas municipais, dando como exemplo os troços entre Abrunheira-Ramalhal, Monte Redondo-Matacães, e Moçafaneira - Casal Castelão, aos quais podia acrescentar muitos mais. -----

---- Assim, inquiriu o que a autarquia está a pensar fazer para tentar suprimir estas graves lacunas que todos os dias afetam milhares de cidadãos do concelho, agora que o inverno está a ir embora e há hipótese de reparação. -----

---- O *presidente da Câmara* lembrou que os órgãos autárquicos do município aprovaram um plano de recuperação das vias municipais, que estão a implementar. -----

---- Contudo, não conseguem chegar a todo o lado ao mesmo tempo, mas já há muita obra realizada no concelho ao nível de pavimentações, num trabalho que aparenta estar sempre inacabado. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CONTRATO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E MUSEU DO BRINQUEDO:-----

---- Relativamente à recente resolução do contrato em título a *deputada municipal Rita Sammer* começou por lembrar que a aquisição deste terreno, que considera no mínimo obscura, não foi alvo de negociação de preço, com o pretexto que a mesma era para construir este equipamento da maior importância para o concelho, tendo custado milhares de euros. -----

---- Lembrou ainda que depois houve um concurso de ideias, tendo sido celebrado no dia 8 de outubro 2018 um contrato para aquisição da elaboração do dito projeto no valor de €300.000,00 + IVA e agora assistem a esta decisão da câmara municipal de resolver o contrato. -----

---- Apontou que a mesma vai custar aos cofres do município cerca de €120.000,00, pois estão a falar do valor do prémio, dos honorários e do valor da indemnização, sem envolver o valor do terreno.-----

-----Deu nota ainda que a justificação foi a incapacidade financeira para realizar obras pelos próprios, inexistência de uma linha de financiamento comunitário e de haver já uma resposta na cidade, recordando que quando se fez o contrato em 2018 já havia resposta na cidade, não percebendo como pode agora ser uma justificação.-----

-----Frisou que há no mínimo uma gestão desleixada de dinheiros públicos, que carece de explicação por parte do edil.-----

-----O **presidente da Câmara** deu nota de que a resolução do contrato tem a ver tão só com o facto do valor da construção civil em Portugal ter subido entre 40 a 45%, motivo pelo qual nesta altura não estarem reunidas as condições de avançar com recursos próprios, uma vez que estabeleceram como prioridade a construção dos centros educativos.-----

-----No entanto, assegurou que já existe o estudo prévio e assim que surja oportunidade irão continuar esse trabalho dentro do que estabeleceram para o mandato. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOLHA SELETIVA DE RESIDUOS:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* disse que o BE tem recebido relatos de pessoas que pretendem desfazer-se de resíduos de tinta, vernizes e produtos similares mas não encontram qualquer informação acerca de locais no concelho onde o possam fazer de forma menos agressiva para o ambiente.-----

-----Deste modo questionou o executivo sobre o que está previsto em termos de pontos de recolha para este tipo de produtos.-----

-----O **presidente da Câmara** informou que o município de Torres Vedras irá ter uma estação de transferência, tomando nota da referência para perceber se esse tipo de material se poderá enquadrar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE DE JOGOS DE SANTA CRUZ:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues*, alertou que o parque de jogos de Santa Cruz tem as obras paradas há bastante tempo, dificultando a mobilidade dos cidadãos, uma vez que o espaço onde estas decorrem está a obstruir locais de circulação pedestre, apelando no sentido da autarquia arranjar forma de garantir a mobilidade em segurança dos cidadãos naquela zona. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que uma parte desta obra irá recomeçar brevemente, uma vez que o projeto teve de ser reajustado, mas não tem conhecimento quanto ao passeio. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SINALIZAÇÃO – CICLOVIAS:-----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* deu nota que continuam a existir problemas de má ou ausência de sinalização, em grande parte das ciclovias, nomeadamente nas que recentemente

foram construídas na cidade.-----

----A título de exemplo, informou que ao pé do “McDonald,s”, não existe sinalética a prevenir as alterações, para quem sai da rotunda e se depara de repente com pinos no que seria a sua faixa natural de circulação, além de que falta sinalética nos cruzamentos.-----

----O **presidente da Câmara** informou que a sinalização em causa vai ser concluída durante o mês de março.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 9:-----

----O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol*, **Pedro Vasa**, numa crítica à Infraestruturas de Portugal, interveio no sentido de alertar sobre a falta de manutenção desta estrada nacional, pensando que terá que ser a autarquia a tomar posição, se já não o fez.-----

----Acrescentou que carece de muita limpeza, tarefa que tem sido feita pela junta de freguesia em prol da segurança de quem por ali circula.-----

----Deu nota ainda que entre Gibraltar e a rotunda da Fonte Grada, registaram-se dois acidentes com veículos nos últimos 3 meses, mas também o troço é perigoso para pedestres e ciclistas.-----

---- Neste sentido pensa que conseguiriam, sem muito trabalho nem muitos custos, alargar a via criando uma zona pedestre ou um passeio pedonal e apelou que a autarquia tomasse alguma medida, para evitar mais tarde vir a lamentar uma situação menos boa.-----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* disse que seria interessante alargar a EN9 e fazer um passeio, porque as pessoas não têm que andar obrigatoriamente de carro ou camioneta e poderiam deslocar-se a pé na zona com alguma segurança.-----

----O **presidente da Câmara** disse ter ficado com a referência do autarca, sobre a qual irá officiar a Infraestruturas de Portugal, no sentido de terem reunião técnica para encontrar uma solução para o efeito.-----

---- Quanto ao passeio lembrou que há uma ciclopista que liga Torres Vedras à Ponte do Rol, que pode ser utilizada.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PARQUE VERDE DA VÁRZEA/ BAIRRO DA INFESTA:-----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* lembrou que em junho irá fazer dois anos que deu a conhecer ao plenário da necessidade de pintura dos bancos e manutenção dos outros materiais de madeira do parque em epígrafe, no entanto tudo continua exatamente na mesma.-----

----Para além disso, deu nota que o parque não tem luzes suficientes acesas e não encontra vigilantes no local ao final do dia.-----

----Alertou também, tal como vem fazendo nos últimos dois anos, que o viaduto pedonal que vai do Bairro da Infesta para a PSP continua à espera de ser arranjado, não sabendo se estão à

espera que caia ou se vão fazer as obras entretanto.-----

---- O **presidente da Câmara** começou por agradecer a insistência da deputada, informando que já deu indicações aos serviços no sentido de fazerem um levantamento da situação, do qual dará nota à assembleia brevemente.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINAÇÃO DAS PASSADEIRAS DA CIDADE: -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* veio falar mais uma vez nas passadeiras mal iluminadas, dando nota que a resposta sistemática do edil tem sido sempre que estão iluminadas, mas na sua opinião na maioria não estão, constituindo um risco enorme para a população, e não percebe como ainda não agiu em função dos seus alertas. -----

---- O **presidente da Câmara** informou que toda a iluminação da Avenida da Várzea foi remodelada, incluindo a iluminação dedicada às passadeiras, em resultado de um trabalho que a autarquia vem fazendo paulatinamente em função da sua disponibilidade financeira.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SACOS PARA DEJETOS DE ANIMAIS: -----

---- Aludindo à intervenção do munícipe sobre pessoas sem animais tirarem os sacos, a deputada municipal **Teresa Oliveira** disse que tem animais e também tira e guarda para utilizar mais tarde porque na zona onde vive não há dispensadores de sacos. -----

---- Referiu também que os donos dos animais têm que arranjar sacos, e não pode ser por a autarquia não os disponibilizar, que ficam sem a obrigação e o dever cívico de apanhar os dejetos.

---- Disse ainda pensar que há coimas para a penalizar este incumprimento, já tendo questionado em plenário ao edil se a Promotorres não poderia fazer esta fiscalização, na certeza que considerará um problema importante a ser mitigado. -----

---- Relativamente a esta matéria, o **presidente da Câmara** esclareceu que não consta nas competências delegadas na empresa municipal Promotores, devidamente aprovadas pela Assembleia Municipal, fazer a fiscalização dos canídeos. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS NAS ESCOLAS:-----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* informou que com o intuito de sensibilizar jovens para triagem do lixo foi distribuído um panfleto na escola Madeira Torres, onde trabalha, intitulado “Separar para reciclar no Bairro da Conquinha” que achou interessante se pensarem que neste estabelecimento de ensino não se faz a recolha seletiva de lixo, não percebendo como querem sensibilizar os alunos para o fazer. -----

---- O **presidente da Câmara** deu nota que há escolas que fazem todo o trabalho de reciclagem no seu interior que colocam no Ecoponto mais próximo, sendo esse o objetivo da campanha de

sensibilização em causa.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO:-----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques* registou com agrado a informação que lhe foi enviada pela Câmara Municipal, faltando apenas a que solicitou na reunião de 4 dezembro sobre “cultura” com documentos complementares.-----

---- O **presidente da Câmara** solicitou que o deputado desse nota à mesa da informação em falta.

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

JARDIM DA GRAÇA:-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* reportou-se às árvores do Jardim da Graça para dar nota que há mais de uma dúzia de anos que não são alvo de uma poda decente, lembrando que a cidade vai ter milhares de pessoas no Carnaval, muitas concentradas na zona, e não querem ter algum acidente que muito menos venha a servir de desculpa para depois as cortarem pela raiz.----

---- O **presidente da Câmara** indicou que este ativo arbóreo é gerido de acordo com a estratégia planeada pelos serviços.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VIDEOVIGILÂNCIA:-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* manifestou-se satisfeito com a utilização deste sistema de segurança em Torres Vedras, lamentando ser só durante o Carnaval e num período curto.-----

---- Assim, e atendendo à falta de efetivos que as forças de segurança têm vindo a demonstrar na cidade e no concelho, parece-lhe relevante a autarquia pensar em adotar este sistema, designadamente para o centro histórico e para as zonas pedonais da cidade, antes que seja necessário e que tenham que correr atrás do prejuízo.-----

---- O **presidente da Câmara** informou que este assunto está a ser abordado no âmbito da OesteCim com vista a implementar uma rede de videovigilância nos principais territórios do Oeste, através de uma compra em escala.-----

---- Mais informou que este processo está a ser estudado com a cooperação da PSP de Lisboa e de Leiria, uma vez que terá de ser esta força de segurança a gerir o sistema.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CHEFE DE DIVISÃO DA DIOM – CESSÃO DE FUNÇÕES:-----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* recordou numa sessão anterior ter questionado sobre a saída da Eng.^a Isabel Policarpo, do lugar em título, tendo o edil na altura justificado com razões positivas.-----

---- Contudo, recentemente chegou ao seu conhecimento, que não terá sido assim e que a chefe de divisão em causa invocou que não tinha condições mínimas, fundamentadas, para um

desempenho relevante da sua atividade e não tinha forma de prosseguir, questionando se podia dar mais esclarecimentos. -----

---- O **presidente da Câmara** reafirmou a sua resposta inicial, nada mais acrescentando. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE TORRES VEDRAS E O CHO:-----

---- O *deputado municipal Rui Prudêncio* iniciou a sua intervenção congratulando a Câmara Municipal de Torres Vedras, pela assinatura do protocolo com o Centro Hospitalar do Oeste, porque finalmente têm um compromisso escrito que lhes permitirá interferir não só no funcionamento como nalgumas decisões do próprio CHO.-----

---- Depois disse que face à intervenção do vereador Marco Claudino na última sessão pública do executivo sobre decisões tomadas na Comissão Permanente de Saúde, e porque entende que mais do que o populismo, o que mata a democracia é a mentira, porque a mentira entranha-se, quando dita repetidas vezes ao ponto às vezes de se tornar verdade, teria de responder. -----

---- Nesta sequência deu nota que na citada reunião o vereador afirmou várias vezes que os elementos do PS, votaram contra o protocolo na comissão, quando nem os membros do PS nem nenhum elemento da comissão votou contra e se não sabia devia se ter informado.-----

---- Realçou que na realidade o PSD tentou que o protocolo fosse votado nessa reunião, assumindo que não o permitiu no entendimento de que devia ser votado na Assembleia Municipal, perante todos e perante as câmaras.-----

---- Realçou ainda que na Comissão Permanente de Saúde apenas foi votado um parecer, porque discordaram de duas alíneas do protocolo. -----

---- Fez notar que também qualquer torriense discordaria daquelas duas alíneas, mas não votariam contra, preferindo que haja um concurso para médicos nesta legislatura, do que não haver nenhum. -----

---- Referiu que o protocolo tem 17 alíneas, tendo sido votado pelo órgão deliberativo no passado dia 15 de janeiro, lembrando que o PS votou a favor mas o PSD votou contra e com esse voto também votou contra: "Assegurar as valências/respostas existentes na presente data na Unidade de Torres Vedras e o seu regular funcionamento.", o que a seu ver não é novidade pois já tinham votado pela extinção do hospital, na vigência de um governo que o vereador Marco Claudino fez parte. -----

---- Reafirmou que não foi surpresa o PSD ter votado contra o protocolo, que lhes assegura estas 17 alíneas que já mencionou. -----

---- Assim, apelou ao vereador que fale verdade e a verdade é que votaram contra o protocolo, facto que tem que ser dado a conhecer à população.-----

---- Para terminar salientou que o PS votou a favor e cá estarão para dar andamento às cláusulas

protocoladas. -----

---- Em resposta a esta intervenção o *deputado municipal* **Pedro Castelo** apontou que mais grave do que entrar na fase da mentira é entrar na fase do delírio, que acabaram de ouvir e que passa a ser perigoso, porque há uma ténue fronteira que separa a racionalidade da irracionalidade, não querendo acreditar que o deputado Rui Prudêncio as tenha proferido. -----

---- No entanto confirmou que na citada reunião da Comissão Permanente de Saúde, nada foi votado uma vez que o deputado se opôs desde a primeira hora, porque estava com medo, tal como fez questão de lhe dizer na sessão em que votaram o protocolo, e onde ninguém, ao contrário do que afirmou, votou contra a extinção das valências da unidade de Torres Vedras. -----

---- Frisou ainda que nunca concordaram que tivesse havido alterações de última hora numas alíneas do protocolo, uma das quais extinguiu um concurso de 4 vagas de médicos pediatras num concurso a ser lançado em março/abril. -----

---- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** pediu a palavra em defesa da honra da bancada, ao que o presidente da Mesa respondeu que não ouviu requisitos para tal. -----

---- Tomou a palavra o *deputado municipal* **Artur Narciso** para apelar ao respeito pelos organismos e pelas instituições, já não sendo a primeira vez que presencia no plenário um total desrespeito, inclusive pelas pessoas que estão em casa a ver a sessão, o que no seu entender contribui para a desmotivação dos jovens que querem seguir uma carreira na política. -----

---- O *deputado municipal* **António Carneiro** fez notar que se algum partido tentou tirar partido da situação do hospital, pensando na sua imagem partidária e não na saúde em Torres Vedras, esse partido foi o PSD que teve imediatamente a preocupação de afixar um cartaz, do qual deveria ter vergonha. -----

---- Lembrou que fazia parte do executivo da Câmara Municipal, quando o governo tentou retirar a PSP de Torres Vedras, tendo o PS e PSD na altura em uníssono trabalhado junto das suas bancadas parlamentares para “mover influências” no bom sentido da palavra, para que tal não acontecesse. -----

---- Neste assunto, essa união também devia ser manifestada na Assembleia Municipal. -----

---- O *deputado municipal* **Pedro Castelo** concordou com estas palavras, no sentido de que a união faz a força e não há dúvida que em prol de uma cidade, do município e acima de tudo dos habitantes, a união é a única coisa que muitas vezes lhes resta. No entanto, considerou difícil deixar passar em claro uma total deturpação de verdade como a dita pelo colega Rui Prudêncio, sendo importante salientar que o colega teve medo que a Comissão Permanente de Saúde votasse aquele protocolo desfavoravelmente antes da Assembleia Municipal se pronunciar e tudo o resto é mentira -----

---- Nesta altura o **presidente da Mesa**, solicitou que ultrapassassem a questão, a qual estava

factualmente comprovada, existindo um parecer sobre o protocolo em causa que recolheu voto unânime dos membros da comissão de saúde, relevando o sentido de voto de cada um. -----

---- Informou ainda que em resposta à intervenção do deputado municipal Rui Prudêncio o **vereador Marco Claudino** solicitou a palavra, em defesa da honra, ao abrigo do n.º 5 do art.º 31.º do regimento.-----

---- O vereador começou por dizer que o deputado municipal fez um malabarismo semântico, uma vez que quando um parecer de uma comissão de saúde diz “estas alterações são contrárias à salvaguarda dos legítimos direitos dos torrienses no domínio da saúde”, o que está verdadeiramente a dizer é que votou a favor de algo que contraria a salvaguarda dos interesses dos torrienses. -----

---- Foi uma interpretação política, não outra, que se refletiu na votação de todos os partidos com assento na Assembleia Municipal, pois aquelas alterações ao protocolo eram de tanta gravidade que fez com que votassem contra inclusive, e que seguramente por alguma solidariedade partidária, o presidente da Assembleia Municipal se absteve. -----

---- Acrescentou que se o deputado acredita que não foi verdadeiramente um voto contra o protocolo, mas um voto contra o sentido bastante significativo dos pontos, então que fique com essa ideia.-----

---- Terminou indicando que o preocupa o rigor sem dúvida, mas também o sentido político e se alguém numa hora votou contra e a seguir votou a favor, essa posição ficará na sua consciência.--

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Período da Ordem do Dia:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

---- O presidente da Mesa colocou à votação a ata n.º 7 de 16,18 e 30 de setembro e ata n.º 8 de 20 de novembro de 2019, tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações e correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo das atas apresentadas. -----

1 - Proposta n.º 14/CM/2020 – Prestação de Serviços para Estudo sobre a localização, perfil e dimensionamento do Futuro Hospital do Oeste:-----

---- O presidente da Mesa colocou à consideração que se retirasse este ponto da ordem de trabalhos, uma vez que a comissão de saúde está a preparar uma proposta para submeter ao plenário, ficando para a próxima reunião, o que teve a anuência de todos os presentes. -----

---- O **presidente da Câmara** pediu a palavra para informar que o executivo já se tinha pronunciado sobre o documento, no sentido de que pudesse haver uma concertação entre os dois órgãos nesta matéria, ao que o presidente da Mesa respondeu que fariam os possíveis.-----

2 - PROPOSTA N.º 15/CM/2020 - MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A PROMOTORRES, E.M. PARA A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E RESPETIVA

REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

-----Presente ofício número 1038 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 20 de fevereiro, a remeter minuta em título.-----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que no âmbito da visão estratégica do município nesta matéria, este contrato-programa vem dar continuidade ao trabalho que a Promotorres tem vindo a fazer na área dos eventos e resulta de uma análise económico-financeira que concluiu ser vantajosa esta contratação.-----

-----Deu nota ainda que a proposta submetida à reunião do executivo foi aprovada com a introdução de alguns ajustamentos no que se refere à monitorização de ocorrências que remete para os relatórios da Proteção Civil, quanto aos indicadores de eficácia.-----

-----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal* **Pedro Castelo** que começou por alertar que o facto de os documentos terem chegado hoje, dia da sessão, os deixou sem tempo para fazer a devida análise de modo a contribuir para um bom desempenho.-----

-----Relativamente à cláusula 4 do contrato-programa em apreço, que determina a atribuição anual de subsídios à exploração, salientou o valor de €100.000,00 ao Carnaval, mas €190.000,00 ao Ocean Spirit, um festival que dura 6 ou 7 dias em Santa Cruz e que no ano transato foi um fracasso, não tendo concretizado todos os objetivos que inicialmente estavam previstos.-----

-----Deste modo, investindo este montante tão avultado, questionou qual é a garantia avançada pela Promotorres para o festival de 2020 correr bem, e aproveitou para referir que vê subsídios para os diversos eventos, mas não vê um valor para o multibanco da feira.-----

-----Considerou inaceitável que a cláusula 5.^a determine que o município possa disponibilizar recursos humanos e materiais, sem custos, destinados à execução do presente contrato.-----

-----O *deputado municipal* **João Rodrigues** declarou que o sentido de voto do BE a este contrato - programa é contra, porque não tem bases informativas para corretamente avaliar os valores indicados a disponibilizar pela autarquia à Promotorres para os diversos eventos referidos.-----

-----Acrescentou que disponibilizar tantos milhares de euros e apoios para eventos de carácter lúdico, num concelho com tantas carências em determinadas franjas da população, tem que ser cabalmente justificado e não apresentado com meros totais redondos.-----

-----O *deputado municipal* **Sérgio Jacinto** fez notar que estão a discutir a promoção e organização de eventos do concelho e os documentos da Promotorres deviam ter o mesmo tratamento na assembleia à semelhança do que acontece com os SMAS.-----

-----Considerou que no contrato-programa em análise, no que se refere à cláusula 4 e de acordo o n.º 6 dessa clausula só há 3 eventos que são sustentáveis de *per si* económica-financeiramente inquirindo o que acontece quando há lucro porque não vê isso refletido no documento.-----

-----O *deputado municipal* **Nuno Henriques** começou por reforçar a intervenção do colega que o

antecedeu no que se refere à possibilidade de o presidente de Conselho de Administração da Promotorres se disponibilizar para apresentar e informar a assembleia sobre as mais diversas atividades desta empresa municipal. -----

---- Quanto aos eventos, objeto deste contrato-programa, fez notar que são os mesmos que constam no documento anterior, sugerindo que poderia ser inovado com eventos diversificados, dando como exemplo um grande evento para os seniores. -----

---- A *deputada municipal Teresa Oliveira* reportou-se à cláusula 4, indicando que também gostaria de ver outros tipos de eventos. -----

---- Aludindo ao Festival das Vindimas, que incluiu o concurso Miss Vindima disse que o PCP não consegue perceber que mais valia trás para as jovens de 14 ou 16 anos que concorrem e deveria ter um cariz cultural que não se vem manifestando ultimamente. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* disse que o PSD não se vai opor à celebração do contrato-programa em discussão, no entanto há questões que importa esclarecer dado o momento tardio que os documentos foram remetidos. -----

---- Assim, parece-lhe curto que sejam apresentados dois pequenos quadros dos indicadores, não sendo feita nenhuma reflexão sobre os resultados, nem se percebendo no novo contrato que vão agora promover o que vai ser feito para a sua melhoria e alteração. -----

---- Verificou que a análise dos indicadores do conjunto dos eventos, apresenta uma eficiência de 63%, dos 9 eventos promovidos, 6 são considerados ineficientes e quanto à eficácia apenas 3 são considerados ineficazes. -----

---- Percebem que a Promotores tem que existir e fazem votos para que faça um bom trabalho, mas deve pelo menos haver uma explicação cabal para estes resultados, até porque o parecer do fiscal único limita-se dizer que observa todos os requisitos legalmente impostos à celebração deste tipo de contratos. -----

---- Concluídas as intervenções tomou a palavra o **presidente da Câmara**, desde logo anunciando que estavam presentes na sala o presidente e uma vogal do Conselho de Administração da Promotorres, para quem solicitaria à mesa o uso da palavra, caso achasse necessário. -----

---- Esclareceu que toda a documentação deste ponto foi disponibilizada ao presidente da Assembleia, atempadamente no dia 11 de fevereiro, para constar na ordem de trabalhos, pois sabiam que seria agendado na reunião do executivo marcada para o dia 18, mas nessa reunião, por proposta pelo PSD, foi aprovada alteração à cláusula 7.^a do contrato-programa, tendo sido apenas a deliberação do executivo com essa alteração que foi hoje disponibilizada. -----

---- Mais esclareceu que o executivo entendeu aprovar a alteração para melhorar a proposta do contrato-programa elaborada pela Promotorres, tendo em conta que cada evento deve ter um

relatório pormenorizado de toda a tipologia de ocorrências, incluindo esse indicador do número de ocorrências apurado através do respetivo plano.-----

-----No entanto, iria assegurar junto da empresa municipal que este tipo de documentos possam de futuro ser agendados no executivo de modo a que possam ser disponibilizados na sua totalidade aos membros da Assembleia Municipal dentro do prazo estipulado legal para o efeito, para que não cause este tipo de transtorno.-----

-----Reconheceu que o Ocean Spirit do ano transato não correu como gostariam por um conjunto de vicissitudes nomeadamente de ordem climática, contudo a essência deste festival continua a ser a sua parte desportiva que neste momento representa algum peso do ponto de vista financeiro, uma vez que tem sido a visão estratégica do município, captar eventos de cariz internacional no âmbito das modalidades dos desportos de ondas.-----

-----Relativamente à alusão ao multibanco para a Feira de S. Pedro, anunciou que este ano, depois de muita persistência junto várias entidades, a Caixa Agrícola de Torres Vedras irá instalar esse equipamento no recinto. -----

-----No que respeita aos eventos que constam no contrato-programa afirmou que procuram que o equilíbrio económico/financeiro seja uma prioridade, tenham um impacto relevante na economia local e contribuam de forma sustentada para a melhoria da qualidade de vida da população. -----

-----No tocante à atividade para seniores recomendou ao deputado municipal que esteja atento aos eventos que são organizados no concelho, alguns no âmbito de uma parceria com a rede social que podem ser consultados na Agenda Maior desenvolvida com mais 5 municípios ao longo de vários meses e que inclui múltiplas atividades para os seniores. -----

-----Sobre o Festival das Vindimas, deu nota que é um evento que o município realiza todos os anos em continuidade do trabalho de um conjunto de torrienses anónimos e voluntários, e que sempre visou promover a identidade do concelho e também de dar oportunidade aos jovens de poderem participar na mesma, geração em geração. -----

-----Abordando a questão da eficácia explicou que a inclusão de indicadores decorre da lei, mas podem ser melhorados, tendo sido esse o sinal que deram ao ajustar a cláusula 7.º, dando deste modo a possibilidade ao Conselho de Administração de poder melhorar a qualidade do evento, que neste caso será de acordo com os relatórios do Plano de Coordenação e Intervenção da Proteção Civil de Torres Vedras. -----

-----Quanto à cláusula 5.º informou que têm vindo a fazer um esforço significativo para a separação da relação entre a Câmara Municipal e a Promotorres, mas o Carnaval é um evento distinto e necessita de trabalho de todos, sendo para defender isso que esta cláusula serve. -----

-----Pedi novamente a palavra a *deputada municipal Teresa Oliveira* para fazer notar que não criticou o Festival da Vindima, antes pelo contrário até louvou, tendo criticado a maneira como é

concebido o Concurso Miss Vindimas.-----

---- Também de novo no uso da palavra a *deputada municipal Rita Sammer*, disse que não percebeu a resposta que o edil deu, mas não têm que adaptar os indicadores para que o resultado seja melhor, sendo o objetivo melhorar o desempenho para que os indicadores possam ter resultados distintos.-----

---- O *deputado municipal Nuno Henriques*, fez notar que na sua intervenção anterior significou que os eventos são os mesmos e queria mais, melhor e diferente. -----

---- Quando falou de fazer algo para os seniores referia-se por exemplo a um grande evento no dia do idoso, que incluísse iniciativas na área da saúde e da ação social, não apenas para o concelho, mas um grande evento regional de âmbito nacional.-----

---- Não se registaram mais intervenções pelo que se passou de imediato à votação.-----

---- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08 bem como no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08/06 ambos na sua atual redação, deliberou por maioria de 34 votos a favor, 2 abstenções e 3 votos contra, aprovar a minuta de Contrato-Programa a celebrar com a Promotorres, E.M. para a gestão e organização de eventos e respetiva repartição de encargos. -----

---- Anota-se que se abstiveram Maria Teresa Lopes de Oliveira e Ana Paula Santos Mota, votaram contra Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes e João António Florindo Rodrigues e não se encontrava presente na sala Francisco João Pacheco Martins. -----

---- De seguida o presidente da Mesa, tendo em conta o prazo fixado no edital n.º 75/2017, referido no ponto 6 do ofício 648 e com a anuência de todos os presentes, colocou à discussão o seguinte ponto.-----

8 - PROPOSTA N.º 4/CM/2020 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E EMISSÃO DE LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PUBLICITADO PELO EDITAL N.º 75/2017:-----

---- Presente ofício número 648 da Câmara Municipal de 4 de fevereiro a dar conhecimento do seguinte: “1 - No âmbito da monitorização do regulamento municipal da publicidade e ocupação do espaço público (RMPOEP) efetuada em 2017, verificou-se a necessidade de introduzir alterações ao referido regulamento na ótica da sua simplificação e adequação à realidade territorial, procedimento de alteração já publicitado a 15/02/2016 e que até à presente data não foi possível concluir devido a constrangimentos com recursos humanos na divisão de gestão urbanística, prevendo-se que tal aconteça até final do corrente ano de 2020.-----

---- 2 - O RMPOEP prevê no art.º 40.º um regime transitório de adaptação com duração de 3

anos, a partir da entrada em vigor do referido regulamento e que terminou a 19/02/2017, o qual permitiu manter ocupações que se encontravam autorizadas ao abrigo de direito anterior e que, eventualmente, terão acolhimento na nova redação do regulamento em questão, por proposta da câmara municipal aprovada em reunião de 13/06/2017, a assembleia municipal em sessão ordinária de 22/06/2017 aprovou a prorrogação do regime transitório. -----

----3 - De igual modo, também no ano de 2017, no âmbito da monitorização do regulamento de liquidação e cobrança de taxas e emissão de licenças do município de Torres Vedras (RLCTELMTV) e respetiva tabela de taxas, verificou-se que existiam situações em que a aplicação da nova tabela se traduzia num aumento desproporcional e insustentável nos valores a suportar por parte dos titulares dos estabelecimentos, nomeadamente em suportes publicitários preexistentes, licenciados antes da iniciativa “Licenciamento Zero” e já autorizados ao abrigo da referida iniciativa. Nesse âmbito, foi colocado à consideração da câmara que equacionasse a possibilidade de deliberar genericamente que os suportes publicitários comunicados ou autorizados em data anterior à entrada em vigor do novo RLCTELMTV, que se mantenham com as mesmas características e sejam objeto de aprovação ao abrigo do RMPOEP, quando o valor das taxas por aplicação da tabela em vigor ultrapassasse o valor das taxas a pagar ao abrigo da anterior tabela de taxas, ficasse garantido o valor anteriormente calculado. -----

----4 - Sobre esta matéria, por proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 13/06/2017, a assembleia municipal em sessão ordinária de 22/06/2017 aprovou fixar um valor máximo de € 350,00 a pagar pela ocupação do espaço público com suportes publicitários comunicados ou autorizados em data anterior à entrada em vigor do atual RLCTELMTV que se mantenham com as mesmas características e sejam objeto de aprovação ao abrigo do RMPOEP, quando o valor das taxas por aplicação da tabela em vigor ultrapassasse aquele valor. -----

----5 - Também, de modo a incentivar a adoção dos critérios de qualidade estabelecidos no RMPOEP para os suportes publicitários e mobiliário urbano, foi aprovado isentar do pagamento das taxas previstas pela ocupação de espaço público os suportes publicitários e o mobiliário urbano quando se mostrem cumpridos os critérios de qualidade inerentes aos procedimentos de mera comunicação prévia, mesmo que não se situem na área contígua ao estabelecimento. -----

----6 - Até à presente data ainda não foram concluídos os procedimentos de alteração aos regulamentos atrás referidos e considerando que o prazo fixado no Edital 75/2017 termina a 20/02/2020, com impacto negativo para os operadores económicos, a câmara deliberou, por unanimidade, propor à assembleia municipal a prorrogação, a título excepcional daquele prazo, prevendo-se que até ao final do presente ano sejam concluídos os procedimentos de alteração aos regulamentos em causa. -----

---- De modo a habilitar o órgão deliberativo na tomada de decisão, informo que a estimativa para

a despesa fiscal face às isenções propostas e tendo como referência o ano de 2019, é de € 28.450,00 por ano.”-----

----- De imediato foi dada a palavra ao plenário tendo o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse não rececionar a razão terem demorado 3 anos para adequar os documentos e agora ainda se pretender mais dois. -----

----- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* alertou para o facto de ser importante que só fiquem isentos do pagamento de taxas os operadores que cumprem o regulamento.-----

----- O *presidente da Câmara* esclareceu que estão numa fase importante da descentralização de competências para o município e tiveram um interregno face a essa circunstância, senão ao dia de hoje estaria tudo concluído, mas está convicto que no presente ano irão fechar o processo. -----

----- Quanto à isenção disse que esse entendimento advém da aprovação em causa.-----

----- De seguida e nada mais tendo sido falado passou-se imediatamente à votação.-----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º do Regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:-----

----- 1 – A prorrogação excecional por mais dois anos ou até à entrada em vigor dos regulamentos acima referidos, conforme o que ocorrer primeiro, do regime transitório previsto no art.º 40.º do RMPOEP; -----

----- 2 – A isenção do pagamento de taxas previstas no RLCTELMTV da ocupação do espaço público com suportes publicitários e mobiliário urbano quando se mostrem cumpridos os critérios de qualidade, independentemente da localização, para os procedimentos de mera comunicação prévia; -----

----- 3 – A fixação de um valor máximo de € 350,00, a pagar pela taxa de ocupação do espaço público de suportes publicitários comunicados ou autorizados em data anterior à entrada em vigor do atual RLCTELMTV que se mantenham com as mesmas características e sejam objeto de aprovação ao abrigo do RMPOEP, quando o valor das taxas por aplicação da tabela em vigor ultrapasse aquele valor, por um período de 3 anos”. -----

----- Anota-se que não estavam na sala Rui José Prudêncio, João Pedro Gomes, Ana Fiéis, Francisco Martins e Luis Baptista. -----

3 - PROPOSTA N.º 1/AM/2020 – VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES: -----

----- O presidente da Mesa anunciou que todos os documentos incluídos neste ponto e que se transcrevem na íntegra, seriam lidos pela mesa:-----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO: -----

----- “Considerando que a política cultural em Portugal tem sido desenvolvida pelo território, essencialmente pelas autarquias, sabendo-se que a Cultura hoje representa cerca de 3% do PIB

na economia portuguesa, propõe-se um Voto de Congratulação pela celebração este ano, pela primeira vez do Dia Mundial da Língua Portuguesa, 5 de maio, instituído pela UNESCO, pela Assembleia Municipal de Torres Vedras”.

----- Aos 20 de fevereiro de 2020. -----

----- Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques” -----

----- Depois de uma pequena introdução pelo seu subscritor, passou-se de imediato à votação. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de congratulação em título.

----- Não se encontrava presente na sala Dina Almeida. -----

MOÇÃO: DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS DOS AEROGERADORES: -----

----- “Conforme tivemos oportunidade de o afirmar logo na altura, coube ao grupo municipal do Partido Social Democrata (PSD) apresentar uma das melhores propostas do presente mandato e talvez mesmo de sempre. -----

----- Queremos assim neste momento realçar uma vez mais a paternidade da ideia sobre a redistribuição dos proveitos monetários com origem na instalação de aerogeradores na área do Concelho, mas acima de tudo simplificá-la sem a desvirtuar. -----

----- Consideramos que essa proposta é justa e equitativa por pelo menos dois motivos: -----

----- 1. Compensa justamente os territórios geradores da receita pelos efeitos negativos que este tipo de instalação provoca e -----

----- 2. Descentraliza justificadamente a canalização de receitas para as Freguesias independentemente da respetiva simpatia política ou qualquer outra. -----

----- No nosso modesto entendimento, estes motivos são da maior importância porquanto conferem uma efetiva compensação e alguma autonomia para projetos há muito prementes e que, finalmente, as Freguesias poderão pôr ao serviço das suas gentes, dos seus fregueses. -----

----- Com efeito, verifica-se na prática que as implicações negativas que um Parque Eólico gera são absorvidas pelo território e pela população do lugar e ou da Freguesia onde está instalado, enquanto os benefícios compensatórios são integralmente arrecadados pelo Município. -----

----- Assim, passado mais de um ano sobre a apresentação da proposta inicial e depois de aprovado o Orçamento para o corrente ano, pensamos ser este o tempo certo para, com a necessária serenidade e rigor, esta Assembleia dar um sinal no sentido da descentralização não só de competências, mas também de receitas para as Freguesias. -----

----- Face ao exposto, vem o Movimento de Cidadãos Independentes – Torres nas Linhas (TnL) propor nos termos legais e regulamentares aplicáveis que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal que a distribuição dos proveitos dos aerogeradores deverá ser igualitária e com a percentagem proposta na recomendação original; ou seja; 50% das receitas totais. -----

----- Mais se recomenda que estes projetos sejam efetuados sob proposta e em articulação com as

Juntas de Freguesias, porquanto os impactos negativos são esmagadoramente sentidos no território e pela população das Freguesias onde estes equipamentos se encontram instalados e não em todo o Município, consignando-se assim que as receitas que pretendem ser efetivas compensações sejam o mais possível coincidentes com a localização do “prejuízo” que está na origem das mesmas. -----

---- Para concluir, invocamos o velho brocardo latino "ubi commoda ibi incommoda", que exprime um princípio de justiça que inspirou o direito romano e chegou até aos nossos dias segundo o qual aquele que desfruta das vantagens ou dos benefícios de uma dada situação deve também suportar os prejuízos dela ou aquele que tira benefícios deve arcar com os prejuízos. -----

---- Torres Vedras, 20 de fevereiro de 2020.-----

---- P'lo Torres nas Linhas (TnL) – Movimento de Cidadão Independentes.-----

---- Sérgio Ribeiro Jacinto.” -----

---- Depois da apresentação do documento pelo seu subscritor foi dada a palavra ao plenário: ----

---- O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que o grupo Municipal do PS iria reafirmar o seu voto contra, no seguimento da posição tomada em relação à moção já apresentada sobre o mesmo assunto porque não concordam com o raciocínio expresso na mesma.-----

---- Entendem que é a autarquia quem tem melhores condições de ajuizar e equacionar o desenvolvimento harmónico das freguesias e distribuir receitas em função das suas necessidades, senão podem correr o risco de ser as maiores a beneficiar e não podem ter uma receita diretamente a beneficiar uma junta de freguesia, só porque tem lá no seu território aerogeradores.

---- Acrescentou que estas receitas são nos termos legais da Câmara Municipal que depois terá que equacionar a melhor forma de aplicar esses dinheiros tendo em atenção os fatores que foram adiantados e a singularidade própria de cada freguesia.-----

---- Concretamente quanto aos aerogeradores, fez notar que os efeitos nefastos já não correspondem ao que se falava no início, quer em termos de impacto visual, auditivo, ou possíveis consequências a nível da saúde, com radiações eletromagnéticas.-----

---- Assim consideram que a moção não tem sentido e permanecem os fatores que os leva a reafirmar esse voto contra.-----

---- O *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol Pedro Vasa*, disse que a intervenção que o antecedeu leva-o a questionar se o deputado acha que a descentralização fica só pelas câmaras, ou seja do Estado para as câmaras pode-se descentralizar, mas das câmaras para as juntas de freguesia já não. -----

---- A *deputada municipal Rita Sammer* realçou que ninguém nega que esta competência é da Câmara Municipal e o texto da moção reconhece isso, mas não impede que a Assembleia Municipal não possa ou deva fazer as recomendações que entende, levando o grupo municipal do

PSD a subscrever esta moção uma vez mais. -----

----O *deputado Municipal **Pedro Castelo*** registou que é uma segunda oportunidade para os presidentes de Junta do concelho retificarem o voto contra, aquando da apresentação da moção pelo PSD há cerca de 1 anos e 3 meses atrás.-----

----Desconhece qual será esse sentido de voto hoje, mas no seu entender seria um fator de equidade e igualdade muito importante na redistribuição de algumas receitas a freguesia que se queixam de escassez de meios e de recursos, pelo que, tal como da outra vez, o grupo municipal do CDS-PP vai votar favoravelmente a recomendação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 24 votos contra, 13 votos a favor e 2 abstenções, reprovou a moção em título.-----

----Anota-se que se abstiveram João Rodrigues e Pedro Bernardes e votaram contra os deputados municipais do grupo municipal do PS com exceção de Artur Narciso que não se encontrava na sala.-----

MOÇÃO: EXIBIÇÃO PÚBLICA DAS CONTAS MUNICIPAIS:-----

----“Considerando a necessidade de garantir a transparência de todos os serviços públicos onde também se incluem os Municipais, designadamente no que diz respeito às suas contas.-----

----Considerando existir um dever geral de informação aos Municípes sobre o modo como são geridas as verbas por si entregues à gestão pública, de uma forma clara e atualizada.-----

----O Movimento de Cidadãos Independentes – Torres nas Linhas (TnL) propõe, nos termos legais e regimentais aplicáveis, que as contas do Município de Torres Vedras sejam exibidas publicamente em local de acesso ao público, nomeadamente no Átrio principal do edifício multisserviços da Câmara Municipal e/ou nos respetivos sítios da internet, com periodicidade regular e razoável.-----

----Cientes que a presente proposta está longe de ser uma novidade Nacional ou mesmo Regional, que cada vez mais os meios tecnológicos disponíveis tornam a tarefa simples e rápida e que o acesso fácil e permanente às contas públicas afasta eventuais suspeitas sobre a gestão do dinheiro público e dos seus critérios nem sempre claros, vem o Movimento de Cidadãos Independentes – Torres nas Linhas (TnL) enquanto movimento de pura cidadania apresentar a presente Moção, requerendo desde já que esta Assembleia Municipal dê a sua necessária aprovação.-----

---- Torres Vedras, 20 de fevereiro de 2020.-----

---- P’lo Torres nas Linhas (TnL) – Movimento de Cidadão Independentes.-----

---- Sérgio Ribeiro Jacinto.”-----

---- Depois da apresentação pelo subscritor foi dada a palavra ao plenário:-----

----O *deputado municipal **Nelson Aniceto*** desde logo anunciou que o proposto na moção não é

nenhuma novidade, nem inovação, estando previsto no art.º 79 da Lei 73/2013, que regula o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais. -----

-----Deste modo entende que estão a cair na redundância, ao aprovar uma moção para recomendar à Câmara Municipal que cumpra a lei, para o qual não vêm vantagem, pelo que não merecerá a aprovação do grupo municipal do PS. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* disse ter ouvido atentamente as palavras do colega, considerando que a transparência é essencial, defendendo que apesar de estar disponibilizada pode estar mais clara, pelo que gostaria de ver clarificado se o proponente pretende que se cumpra a lei. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* anotou que antes da intervenção do colega Nelson Aniceto presumiu que tinha entendido o teor da moção, mas depois ficou confuso e não percebe se afinal a autarquia cumpre a lei ou o proponente apenas quer que cumpra a lei. -----

-----Entende que a moção não é uma redundância, mas algo que se revela a favor da transparência que todos querem, daí a sua pertinência e de obter o voto favorável do CDS-PP. ----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* interveio no sentido de ser esclarecida pois também ficou confusa, contudo a bancada que lidera também vai votar favoravelmente, pois se esta questão foi levantada é porque não é fácil de encontrar essa informação. -----

-----Disse que fez uma rápida consulta e não lhe parece que o solicitado na moção esteja disponível no *site* da autarquia. -----

-----O *presidente da Câmara* informou que toda informação em causa está no *site*, quer as contas intercalares, quer a prestação de contas do exercício anual. -----

-----Em resposta ao solicitado o *deputado municipal Sérgio Jacinto* assinalou que todos sabem que quando se quer efetivamente informar os cidadãos de forma transparente e para o comum dos cidadãos entender o que são os gastos dos dinheiros públicos, concretamente os do município, se fazem textos e se disponibiliza essa informação de uma forma. -----

-----Se por outro lado apenas se quer cumprir a lei e disponibilizar dados que só alguns têm acesso e que desses, só muito poucos entendem, fazem essa disponibilização de outra forma.-----

-----Assim a recomendação que apresentou pretende ter em mente que essa informação possa estar disponível para o comum dos cidadãos, que têm interesse e que têm vontade de saber como são geridos os dinheiros públicos que resultam do pagamento dos seus impostos. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 24 votos contra, 1 abstenção e 14 votos a favor, reprovar a moção em título. -----

-----Anota-se que se absteve Pedro Bernardes e votaram contra os deputados municipais do grupo municipal do PS, com exceção de Francisco Martins que não se encontrava na sala.-----

MOÇÃO – POR UM METROPOLITANO DE LISBOA EM BENEFÍCIO DOS TORRIENSES: -----

-----“ A Câmara Municipal de Torres Vedras, reunida em 20 de março de 2018, revelou consenso partidário na recusa do projeto para a construção da denominada Linha Circular para o Metropolitano de Lisboa, na medida em que a sua concretização implicaria necessidades de transbordo hoje inexistentes, prejudicando, dessa forma, e em especial, a mobilidade das populações que se deslocam para Lisboa com origem nos municípios a norte do Distrito; -----

-----Adicionalmente, a Assembleia Municipal, através de apoio quase unânime (contando com apenas uma abstenção), aprovou, na sua sessão de 3 de abril de 2018, a Moção “Projeto de Expansão do Metro de Lisboa” manifestando, assim, o “desagrado e insatisfação perante o projeto apresentado e a ser implementado em 2021, visto que esta alteração do Metro será prejudicial para os milhares de torrienses que diariamente se deslocam para Lisboa”.-----

-----Posteriormente, a Assembleia da República, num consenso muito alargado (tendo contado com os votos favoráveis de todos os partidos, com exceção do PS que se absteve) aprovou em 19 de julho de 2019 a Resolução n.º 167/2019, ao abrigo da qual recomendou ao Governo a concretização, entre outras, das seguintes medidas: -----

-----A suspensão da construção da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa; -----

-----A realização, pelo Metropolitano de Lisboa, dos estudos técnicos e económicos necessários com vista à sua expansão prioritária para o Concelho de Loures; -----

----- Com efeito, para as populações do norte do Distrito de Lisboa, entre as quais se inclui Torres Vedras, é urgente a concretização da expansão do Metropolitano ao município de Loures e é necessária a suspensão da Linha Circular; -----

-----Entretanto, no âmbito da discussão da Proposta do Orçamento do Estado para 2020, a Assembleia da República aprovou (apenas com os votos contra do PS) uma norma que determina a suspensão da Linha Circular; -----

-----Entende-se ser estratégico para este território e para o norte do distrito de Lisboa que, no âmbito da ampliação da rede de metropolitano até ao concelho de Loures, seja consignado no estudo a criação do interface intermodal tendente à criação de um terminal rodoviário, estacionamento, bem como, o início do estudo do novo ramal da linha do oeste que possa fazer a ligação entre a Malveira, Infantado e Gare do Oriente. -----

-----Face ao exposto, e não tomando posição sobre a discussão relativa à conformidade ou desconformidade constitucional da norma aprovada pela Assembleia da República, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, em reunião de 20 de fevereiro de 2020, vem reiterar a posição defendida em 2018 pelos órgãos autárquicos e recomendar ao Governo que execute a vontade maioritária da Assembleia da República, vertida em deliberações de 2019 e 2020, e assim:-----

----- 1.Suspenda a construção da Linha Circular do Metropolitano de Lisboa; -----

-----2.Concretize, em alternativa e de modo prioritário, a expansão do Metropolitano de Lisboa

para o município de Loures. -----

----- O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal de Torres Vedras.” -----

----- Depois de o **deputado municipal Luís Carlos Lopes** ter apresentado a moção, foi dada a palavra à assembleia para se pronunciar. -----

----- O **deputado municipal Jacinto Leandro** assinalou que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente, contudo a título pessoal acrescentou que não gostou da linguagem, pois entende que a Assembleia Municipal não tem que “recomendar” ao governo. -----

----- Lembrou que a Assembleia da República aprovou uma norma que determina a suspensão da Linha Circular e a não ser que o Tribunal Constitucional venha a declarar situação anómala, essa deliberação tem que ser acatada. -----

----- O **deputado municipal Sérgio Jacinto** lembrou que há uma comissão eventual no âmbito desta Assembleia Municipal que trata da linha do Oeste e da EN9, pensando ser importante que todos os membros deste órgão, tendo em conta esta moção, façam a necessária articulação com a requalificação da Linha do Oeste no sentido da mesma, da Malveira a Loures fazer o corredor futuramente e o alargamento do metropolitano coincidir com o fim da Linha do Oeste no sentido norte-sul. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção em título. -----

MOÇÃO: SOLUÇÃO ALTERNATIVA AO MONTIJO: -----

----- “O grupo Municipal do CDS, atendendo às recentes notícias que têm vindo a público, e achando oportuno no atual contexto e considerando o abaixo descrito:-----

----- a)As notícias desta semana, em que algumas Autarquias da Margem Sul do Tejo, estão contra a implementação do aeroporto no Montijo, -----

----- b)A falta de consenso entre especialistas e utilizadores do futuro aeroporto a ser instalado no Montijo, -----

----- c)A possibilidade efetiva de serem encontradas soluções alternativas, melhores e mais baratas, -----

----- d)Que um futuro aeroporto situado em Alverca ou na Ota, serviria melhor os interesses do país, sendo sempre uma solução de longo prazo melhor e mais barata, -----

----- e)Que um futuro aeroporto situado em Alverca ou Ota, defenderia melhor os interesses de Torres Vedras e de todo o Oeste, podendo expandir a sua utilização e influência até uma parte significativa da Região Centro, abrangendo a zona Leiria/Fátima.-----

----- Assim, tomando em consideração o atrás mencionado, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 20/02/2020, vem requerer a sua Ex^a o Sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, que pondere uma solução alternativa ao Montijo e que servirá melhor os interesses de todo o País. -----

----- O Grupo Municipal do CDS da Assembleia Municipal de Torres Vedras: -----
----- Pedro Castelo e João Pedro Gomes.”-----
----- Dirigiu-se ao plenário para fazer a apresentação a moção o **deputado municipal Pedro Castelo**, passando-se de seguida à sua discussão. -----
----- O **deputado municipal Rui Prudêncio** começou por realçar que a instalação do futuro aeroporto no Montijo está em cima da mesa, é o processo que está mais avançado e é a solução que dá resposta às necessidades do país. -----
----- Achou interessante o argumento utilizado na moção, porque se serve contra o Montijo também serve contra a OTA e contra Alverca, lembrando que a Assembleia Municipal de Alenquer também votou contra o aeroporto na OTA, usando o mesmo princípio que o Seixal. -----
----- Assinalou que a falta de consenso existe para todas as soluções e existem estudos para todas as localizações existentes em Portugal, assim como também existem soluções alternativas em todas e se um aeroporto situado em Alverca ou na OTA favorece Torres Vedras e a Portela também, não tem dúvidas, mas ir parar à OTA é mais longe.-----
----- Defendeu que neste momento a Portela os favorece mais do que cada uma das outras localizações. -----
----- Defendeu ainda que os mesmos argumentos que o CDS-PP apresenta para que se estude a OTA e Alverca, são exatamente os mesmos que impedem que seja na OTA ou em Alverca.-----
----- Em causa está uma questão de palavra, e o grupo municipal do PS não vê possibilidade de votar senão contra a moção. -----
----- O **deputado municipal Nuno Henriques** interveio no sentido de manifestar a sua preocupação por se ter ouvido o ministro da tutela dizer que se passa por cima de 5 autarquias importantes, neste caso Setúbal, Benavente, Moita, Sesimbra e Seixal, e que se for preciso se altera a lei.-----
----- Assinalou ainda que nem sempre os aeroportos trazem dinâmica à zona em que são instalados, lembrando que o aeroporto de Beja que está parado e precisa de vida para dinamizar a zona.-----
----- A sua intervenção vem no sentido de acautelar que quando não se concorda, não se pode passar por cima da vontade das autarquias e da própria lei, pois não vivem num tempo totalitário, nem de ditadura, mas em democracia, com respeito mutuo.-----
----- O **deputado municipal Pedro Castelo** abordando a intervenção do colega Rui Prudêncio disse que iria no próximo natal oferecer-lhe um aparelho para medir distâncias, para ficar mais elucidado da distância de Torres Vedras a Alverca e de Torres Vedras para o Montijo.-----
----- Fez notar que o colega falou, mas não fez o trabalho de casa e não está informado e só partindo desse pressuposto percebeu o teor da sua intervenção, completamente errada. -----
----- O **deputado municipal Jacinto Leandro** defendeu que se esta proposta for de novo

apresentada à assembleia depois da inviabilização da solução Montijo, serão os primeiros a votar a favor da proposta, da qual foram sempre a favor, mas hoje há uma deliberação para cumprir. --- .

---- Estão perante um facto, que é uma realidade e não podem, por quem quer que seja tomar uma posição agora quando ainda não está nada decidido, e se por acaso se verificar que não vai ser no Montijo, o grupo municipal do PS estará presente para a defender.-----

---- Depois desta intervenção o *deputado municipal Pedro Castelo*, e usando as palavras do interveniente anterior de que se “não está nada decidido” considerou que então pode-se discutir, está em aberto, dado que o que há é uma vontade por parte de um ministro contra tudo e contra todos.-----

---- Tendo sido citado por alguns membros para se pronunciar sobre esta questão, teve a palavra o *deputado municipal António Carneiro*, assinalando desde logo que não está com o seu grupo, que vai votar contra. -----

---- Disse que iria votar a favor desta moção, porque tinha que ter alguma “vergonha na cara”.-----

---- Reforçou que quem fez parte de um grupo de trabalho e quem ajudou a organizar congressos no Oeste, nomeadamente para a defesa da OTA, não pode votar a favor do Montijo, pois sabe a razão do aeroporto ir para o Montijo. -----

---- Lembrou que um dia haverá o aeroporto de Alcochete, solução que se chama Portela +1, não Aeroporto Internacional de Lisboa, e quando a Portela sair, porque vai sair o “1” vai para Alcochete. -----

---- Terão assim dois aeroportos na margem sul porque havia alguém que era “dono disto tudo”. --

---- Também disse que todos sabem que a razão de o aeroporto ir para o Montijo, são os interesses da cidade de Lisboa e da margem sul. -----

---- Vai votar a favor por uma questão de coerência, alertando que não é de uma política aeroportuária que estão a tratar. -----

---- Foi uma decisão do governo anterior e este está a corroborar porque houve interesses por detrás da decisão que se prendem com terrenos à volta de Alcochete, Comporta, etc, etc. -----

---- Saliu que a OTA serviria o centro do país, lamentando que o centro esteja tão calado e o Porto esfrega as mãos de contente como é evidente porque vai ver a sua estrutura reforçada, nomeadamente nos aeroportos regionais. -----

---- Saliu ainda a importância da Portela para Torres Vedras mas sem esquecer que as companhias de *low cost* e que têm hoje o turismo na mão, não vão voar para Lisboa, vão para o Montijo. -----

---- Referiu ainda que não é 100% seguro que o aeroporto vai para Montijo, podendo haver alterações até de ordem europeia e quer entender a moção do CSD como por já a “carta em cima da mesa”.-----

-----Relativamente ao voto contra da Assembleia Municipal de Alenquer, informou que se deve ao facto de terem manifestado desde início do processo que não queriam o aeroporto na OTA por causa do barulho dos aviões, sendo certamente o que leva edil de Alenquer a ter esta posição e sendo certamente a razão da OesteCIM não ter a posição que deveria ter porque é presidido pelo presidente da Câmara de Alenquer.-----

----- Concluiu fazendo notar que se a aviação aérea se mantiver assim, no futuro vai ter que haver Alcochete, porque Lisboa perderá o aeroporto, e o que está a fazer agora é a assegurar um trunfo.

----- A Assembleia Municipal deliberou por maioria de 19 votos contra, 4 abstenções e 16 votos a favor, reprovou a moção em título.-----

----- Anota-se que se abstiveram os elementos da mesa e Francisco Martins, votaram a favor PCP, CDS-PP, BE, TnL, António Carneiro e o grupo municipal do PSD.-----

----- Encontrava-se ausente da sala Luis Baptista.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01:00 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que, seria convocada para dia 3 de março pelas 21.00h uma sessão extraordinária, em conformidade com acertado na Comissão Permanente de Líderes.-----

----- Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
